

O RURAL E O URBANO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: RELEITURA E ATUALIZAÇÃO DE DADOS

CLAUDINO, Danillo Tito Franco⁸⁰; MONTEIRO, Juliana Soares⁸¹; SOUZA, Giovane Martins Rodrigues de⁸²; SILVA, Maria Janiely Campos⁸³; SILVA, Sarah Ferreira⁸⁴; BRITO, Thiago Silva⁸⁵; PESSOA, Marcelo⁸⁶

RESUMO: A presente resenha crítica fez parte das exigências de aprovação na disciplina Português Instrumental, cursada durante o 2º período do ano letivo de 2018. Por meio de uma revisão bibliográfica, o GT (Grupo de Trabalho) realizou uma atualização de dados de pesquisa social, agrária e de ocupação urbana junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nesta atividade, pode-se verificar comparativamente, em face de um recorte temporal de cinquenta anos, que houve uma efetiva evolução crescente e conseqüente modificação do status da ocupação territorial, em hábitos de consumo e hábitos de vida. E, ainda que nosso texto não seja capaz de expressar fielmente os fundamentos de nossas descobertas, é correto afirmar que esta prática de pesquisa e de escrita contribuiu intensamente para a formação discente. Vale dizer ainda, que o trabalho se concluiu com uma apresentação oral dos dados coletados.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação do espaço, Rural, Urbano, Gestão de recursos.

ABSTRACT: This critical review was part of the approval requirements in Portuguese Instrumental, discipline accomplished during the second period of the school year of 2018. Through a literature review, the WG (working group) held a social research update, and agrarian urban occupation by the IBGE (Brazilian Institute of geography and statistics). In this activity, you can check by comparison, in the face of a timeframe of 50 years ago, that there was an effective growing evolution and consequent modification of territorial occupation, status in consumption habits and lifestyles. And, although our text is not able to express faithfully the fundamentals of our findings, it is fair to say that this practice of writing and research has contributed strongly to the student training. It is worth saying that the work concluded with an oral presentation of the collected data.

KEYWORDS: Occupation of space, Rural, urban, resource management.

⁸⁰ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: danillintito@gmail.com.

⁸¹ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: juliana.s.monteiro@hotmail.com.

⁸² Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: giovanerodrigues1234@gmail.com.

⁸³ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: janysilva1357@gmail.com.

⁸⁴ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: sarahferreira12345@hotmail.com.

⁸⁵ Discente do Curso de Administração da UEMG, Unidade Frutal. Contato: paolabandera@outlook.com.

⁸⁶ Sociolinguísta, docente da UEMG, Unidade Frutal, com Doutorado em Letras pela UEL e Pós-doutorado em Divulgação Científica pela USP.

No Brasil, na segunda metade do século XX, a população perdeu suas características rurais e adquiriu um perfil predominante urbano. Em 1950, um pouco mais de um terço dos brasileiros viviam em domicílio urbano, passando para mais da metade, em 1970, e para mais de três quartos, em 1991. Entre 1990 e 1995, esse movimento migratório superou os 5,5 milhões de habitantes, isso significa que, se essa toada persistisse durante toda a década, 28% da população que vivia no meio rural, em 1990, teria mudado sua residência, no ano 2000. Durante a história do Brasil, alguns acontecimentos marcantes influenciaram o êxodo rural, inicialmente, durante os tempos coloniais, o país vivia a expansão do café, em 1831, 50% de toda a produção agrícola em território nacional vinha exclusivamente do grão. O Brasil tornou-se referência mundial na exportação do produto, porém, após a crise que atingiu efetivamente a produção desse bem, o produto perdeu sua efetividade e seu declínio foi drástico, o que obrigou trabalhadores dos cafezais a migrarem para as cidades, na busca de novas alocações no mercado de trabalho nas cidades.

Apesar de não ter sido um movimento uniforme em todas as regiões do país, a industrialização no setor agrícola aconteceu conforme a quebra da economia do café, pois o incentivo do Estado nesse processo, mais uma vez impulsionou o êxodo rural e, com a chegada das máquinas no setor, o trabalhador rural viu-se sem oportunidades de alocação no campo, impulsionando a expansão do movimento e tornando o principal fator do crescimento populacional das cidades. Com o aumento desenfreado da população, em curto período de tempo surgiram problemas sociais que se prolongaram, desde o Brasil Colônia até a atualidade, como o desemprego, crescimento de favelas e uma conseqüente marginalização. Muita oferta de mão de obra, dada pelo aumento populacional, causou uma incompatibilidade no mercado de trabalho, muita gente e pouco emprego, colocando os cidadãos em situação de informalidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no ano 2000, dados que mostraram que 81,25% da população brasileira morava em cidades, com uma forte variação na quantidade de habitantes da área urbana em cada município.

No caso específico do Brasil, a população economicamente ativa soma aproximadamente 79 milhões de pessoas (46,7%), índice muito baixo, uma vez

que o restante da população, certa de 53,3%, fica à mercê do sustento destes economicamente ativos. Em diversos países, o índice é superior, aproximadamente 75% atuam no setor produtivo. Aqui, os homens representam 58% e as mulheres 42% daqueles que desenvolvem atividades em distintos setores. Segundo o IBGE, do total da população produtiva no país, pouco mais de 20% encontra-se no setor primário (agricultura, mineração, pecuária etc.), 21% no setor secundário (indústria e construção civil) e 59% no setor terciário (comércio e serviços). O grupo de empregados com carteira assinada em atividade agrícola, entre 1999 e 2001, sofreu uma redução de, em média, 5,5% ao ano, enquanto que o de sem carteira de trabalho assinada registrou uma média anual de queda de 1,7%. O crescimento do número de ocupados em atividades não agrícolas, (média de 3,8% ao ano), ainda que importante, não foi suficiente para elevar o nível de ocupação total, havendo, nesses dois anos, crescente participação dos ocupados sem registro de carteira assinada (média de 6,5% ao ano).

Sobre a informalidade, recentes dados afirmaram que o agro é informal. Uma pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz (ESDQ-USP), mostra que, considerando todos os segmentos do agronegócio, apenas 36% dos empregos do setor possuem carteira assinada. Um terço do total atua por conta própria, outros 15% trabalhavam sem carteira assinada e somente 4% são empregadores. Sendo assim, constando, segundo o IBGE, 76% da população se concentra em áreas predominantemente urbanas e habitam 26% em municípios brasileiros e pelo censo de 2020, 84,4% da população, viverão em áreas urbanas e 15,6 restantes e zonas rurais.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. São Paulo: Cortez, 2006.

Sites

<https://www.ibge.gov.br/>